

Ulysses tenta acordo hoje para votar a questão da estabilidade

O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, reúne hoje, em seu gabinete, representantes do Centrão, o líder do PMDB, Mário Covas, e lideranças dos demais partidos, para tentar obter um acordo sobre a votação da estabilidade no emprego, prevista para a semana que vem.

Enquanto os partidos de esquerda tentam manter o texto da Comissão de Sistematização, o Centrão defende o pagamento de indenização para compensar o trabalhador demitido, proposta que vem ganhando espaço na Constituinte.

Segundo um dos coordenadores do Centrão, deputado José Lins (PFL-CE), o texto do grupo é o seguinte:

«A relação de emprego será protegida contra a despedida imotivada ou sem justa causa, mediante indenização compensatória, nos termos de lei complementar».

Esta fórmula, redigida pelo «Centrão, equivalente ao recebimento, pelo trabalhador demitido, de quantia igual a 40% do total de depósitos devidos na sua conta do FGTS, desde o dia em que foi admitido naquela empresa.

José Lins acha que, embora não tenha conseguido manter a maioria alcançada na votação do Regimento Interno, o Centrão continua sendo o grupo mais numeroso da Constituinte, tendo entre 240 a 250 integrantes.

Alternativa

O relator da Constituinte, deputado Bernardo Cabral, vai propor hoje às lideranças partidárias uma fórmula alternativa para a questão da estabilidade. O deputado vai sugerir a garantia de emprego contra demissões arbitrárias, ou sem justa causa, na forma de lei complementar «que disporá sobre a conversão em indenização compensatória, sem prejuízo de outros direitos».

Bernardo Cabral passou o Carnaval em Brasília, analisando as diversas propostas que tratam da estabilidade. Além de apresentar sua fórmula, uma fusão de várias emendas, ao deputado Ulysses Guimarães e aos líderes partidários, o relator vai também analisar a com os relatores adjuntos e integrantes do Centrão, como José Geraldo (PMDB-MG) e Luís Roberto Ponte (PMDB-RS), que estão à frente das negociações sobre a estabilidade. Esses parlamentares do Centrão reúnem-se também, pela manhã, com o grupo do líder do PMDB, Mário Covas, para hoje tentar um entendimento.

Luís Roberto Ponte defende uma indenização de 40% sobre o saldo do FGTS que o trabalhador obteve no emprego, com efeito retroativo.

O grupo de Mário Covas defende, por sua vez, que seja fixado o princípio da estabilidade na Constituição, deixando a regulamentação para lei ordinária.

Crime eleitoral

O deputado estadual César Souza (PFL) foi condenado a quatro meses e 15 dias de prisão por crime eleitoral, praticado durante as eleições de 1985 para a prefeitura de Florianópolis. Na época, Souza, que era candidato a vice-prefeito pelo PFL, apresentou no horário gratuito uma mulher, de costas, dizendo-se funcionária pública estadual. Ela fez uma série de acusações contra a administração do então governador Esperidião Amin (PDS). Dias depois, o assessor de imprensa de Amin, José Carlos Soares, descobriu que a "funcionária" era secretária de César Souza.

"Bem do Brasil"

O coordenador do Centrão, o deputado Daso Coimbra (PMDB-RJ) aponta o principal motivo para o "processo de radicalização acelerada" que tomou conta do plenário da Assembleia Nacional Constituinte: "toda vez que a esquerda vai a público anunciar uma derrota do Centrão, nosso grupo se fecha contra o entendimento. A esquerda tem que aprender a respeitar o Centrão. Nós também só queremos o bem do Brasil", disse.



Bisol e José Lins estão otimistas com prazo para nova Carta



A previsão é que não haverá quorum

A sessão de hoje da Constituinte dificilmente terá quorum para votar 40 emendas que ainda faltam para concluir o capítulo I do Título II, que trata dos direitos individuais e coletivos. Mesmo assim, o senador José Paulo Bisol (PMDB-RS) e o deputado José Lins (PFL-CE), um dos articuladores do Centrão, acreditam que até meados de abril ou início de maio a nova Constituição deverá ficar pronta.

A estabilidade no emprego, uma das questões mais polêmicas da Constituinte, só deverá ser votada na próxima semana. Os acordos em curso entre o PMDB e o Centrão deram uma parada com o carnaval e só deverão recomençar amanhã de manhã, quando as duas partes sentarão à mesa para chegar a um entendimento.

A avaliação de assessores do Palácio do Planalto, de que a Constituinte só concluirá seus trabalhos em julho, não é aceita pelos dois parlamentares. Embora afirme que não haverá quorum nas sessões de hoje e amanhã, o deputado José Lins acredita que no máximo até o final de maio, a Constituição ficará pronta, já que passado o dispositivo sobre a estabilidade, os próximos pontos do projeto constitucional são quase consensuais. Assim, de polêmicos mesmo ficariam os títulos da ordem econômica e da ordem social.

Possibilidade real

Para o senador Bisol se não continuarem acontecendo os impasses, como a definição do con-

ceito de propriedade e a estabilidade no emprego, que poderiam atrasar a Constituinte até julho, há uma possibilidade real de que a nova Carta fique concluída em fins de abril. José Paulo Bisol acha bem provável que isso aconteça na medida em que os acordos forem avançando em questões mais gerais, como a definição da propriedade, por exemplo.

Seu argumento é que, ao se chegar a um acordo sobre a propriedade, os constituintes já deixaram implícita a definição do conceito de empresa nacional. Dessa forma, faltaria apenas acertar detalhes técnicos, já que ideologicamente a questão está resolvida. O senador espera, contudo, que as fases de "ruptura", que têm acontecido até agora, contribuam para esse prognóstico.

Apesar do otimismo, os dois acreditam que até a segunda-feira dificilmente haverá quorum na Constituinte para votar qualquer dispositivo. Ainda falta apreciar 40 dispositivos ao capítulo I do Título II. São emendas aditivas a todo o capítulo, que tratam desde o aborto até os crimes do colarinho branco, mas por serem poucos divulgadas, segundo José Lins, não estimularão os parlamentares a estarem hoje e amanhã em Brasília. A convicção dos dois parlamentares é de que os grupos aproveitarão essa oportunidade para acertar um acordo sobre a estabilidade no emprego até a próxima segunda-feira.

Sem certeza da maioria

Porto Alegre — Em função da "sequência enorme" de equívocos cometidos, que levaram à "cisão" do grupo, o Centrão não tem mais, hoje, certeza de que obterá maioria no plenário da Constituinte sequer para aprovar pontos antes considerados essenciais, como o impedimento da redução da jornada de trabalho e de concessão de aposentadorias especiais. Na área política, o Centrão também não tem mais maioria para aprovar a fixação dos mandatos presidenciais em cinco anos. As constatações foram feitas ontem, em Porto Alegre, pelo deputado Luís Roberto Andrade Ponte (PMDB-RS), integrante do Centrão desde o "núcleo precursor" do grupo.

Empresário, presidente da Câmara Brasileira da Indústria da Construção, Ponte lastimou que o Centrão, por falta de habilidade na condução de diversas questões, venha perdendo integrantes e tenha diluído sua unidade "em torno de princípios e ideais prioritários, como o de expurgar da nova Constituição os ranços populistas e estatizantes". Como exemplos dos equívocos cometidos, o deputado gaúcho citou o fato de líderes do Centrão terem ido ao Palácio do Planalto expor projetos que seriam apresentados na Constituinte, "como se precisássemos dar satisfações". Isso fez com que a imagem do grupo ficasse estreitamente ligada ao Governo.

Além disso, citou as "manifestações extremamente infelizes" do deputado Roberto Cardoso Alves, de que "é dando que se recebe" referindo-se aos favores que o Governo deveria fazer ao Centrão, em troca da aprovação de projetos de seu interesse, e do deputado José Lourenço, de que o Governo poderia ver aprovados na Constituinte os pontos que quisesse, desde desse ao Centrão cargos de primeiro, segundo e terceiro escalões, a partir do Ministério da Previdência.

Luís Roberto Andrade Ponte observou que essa série de erros, aliada à "campanha sordida e difamatória" movida pelas esquerdas, levou à fixação da imagem do Centrão, junto à opinião pública, como a de "um grupo de direita, antipovo". Acrescentou que o Centrão, que chegou a ter 320 membros, hoje sofre muitas defecções de parlamentares que "querem fugir da pecha de serem rotulados de Centrão".

Ainda destacando a incerteza dos centristas de obter maioria sequer para aprovar princípios antes considerados essenciais, o parlamentar gaúcho disse ter "um pouco de receio" mesmo em relação à questão da estabilidade no emprego. Ele considerou não estar excluída a possibilidade de as esquerdas tentarem um confronto para obter a estabilidade, mas ainda acredita que prevalecerá o princípio do pagamento de indenizações.

Ministros não voltam ao DF após Carnaval

Enquanto o presidente Sarney retomava sua rotina normal de trabalho após o Carnaval, vários ministros de Estado desobedeciam o horário previsto de retorno das atividades do funcionalismo, às 12h00 de ontem. Alguns ministros decidiram enforçar a quarta-feira de cinzas, voltando para Brasília somente no final da tarde, enquanto outros permaneceram em seus estados como foi o caso do ministro da Administração, Aluizio Alves, que somente hoje reassumirá o Ministério.

Aluizio Alves passou o Carnaval no Rio Grande do Norte, descansando com a família, escrevendo artigos para jornais e supervisionando as atividades de suas empresas de comunicação. A assessoria do ministro do Desenvolvimento Urbano, Prisco Viana, não sabia ontem informar porque motivo ele não se encontrava, já que o ministro informou que permaneceria em Brasília no recesso de Carnaval. Ontem, nem mesmo as secretárias do Ministro encontravam-se no Ministério. O ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, segundo sua assessoria, deve retornar hoje. O Ministro passou o Carnaval em Minas Gerais com a família.

Também está prevista para hoje a chegada a Brasília do ministro Renato Archer, da Previdência Social. O ministro da Marinha, Henrique Sabóia, está no Rio, onde permanecerá até o próximo dia 22.

O ministro da Justiça, Paulo Brossard, o primeiro a deixar a cidade para o recesso de Carnaval, tinha horário previsto de chegada a Brasília às 20h00, depois de encerrado o expediente. O ministro da Ciência e Tecnologia, Luiz Henrique, chegaria, segundo seus assessores, ainda na noite de ontem. Também o ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, chegou ontem à tarde da Bahia. O ministro da Saúde, Borges da Silveira, tinha retorno marcado para a noite de ontem. O mesmo ocorreu com o ministro dos Transportes, José Reynaldo. Nenhum desses ministros teve agenda ontem.

O ministro das Relações Exteriores, que se encontra em Paris, na companhia do ministro da Educação, Hugo Napoleão, retornará a Brasília no sábado, mas já na próxima quarta-feira partirá para Cartagena. Hugo Napoleão, depois de visitar Faculdades e Escolas em Paris e Bruxelas, retornará ao País no dia 29. O ministro da Indústria e Comércio, José Hugo Castelo Branco, que se encontra em Houston para tratamento de saúde, voltará para Brasília sexta-feira, devendo assumir o ministério na próxima semana. Já o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega, mantém contatos com a área econômica nos Estados Unidos.

No Congresso vazio, nem luz foi acesa

Embora os mais de 130 milhões de brasileiros estejam aguardando com muita ansiedade a promulgação da nova Constituição brasileira, o Congresso Nacional Constituinte viveu ontem uma quarta-feira de ressaca de carnaval.

Na última quinta-feira, véspera do carnaval, ao concordar com o recesso, o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, só o fez após ter a palavra das principais lideranças que concordaram com a realização de sessões hoje e amanhã, além de sessões no sábado e domingo, para compensar os dias de folga do carnaval.

Nem mesmo as luzes dos corredores e salões do Congresso foram acesas. Os corredores ficaram vazios, com a presença de poucos funcionários da segurança e da limpeza. O maior número de pessoas nas dependências do Congresso era de jornalistas, menos de 20 profissionais. Somente o Comitê de Imprensa do Senado esteve aberto.

Os estacionamento do Congresso, que têm uma ocupação média diária de dois mil veículos, estavam com menos de 100 automóveis. Os pintores aproveitaram o recesso de carnaval para repintar as paredes do Congresso, que ficam sujas e descascadas, em virtude dos inúmeros cartazes que ali são colocados.